

Da luta “pela” terra a luta “na” terra: a trajetória dos assentados de Zumbi dos Palmares, Mato Grosso

From the struggle “for” the land to the struggle “on” the land: the trajectory of the settlers of the Zumbi dos Palmares, Mato Grosso

Iolanda Lopes de Oliveira

Doutoranda pela Universidade de Jataí-GO, Brasil

loopesiolanda@gmail.com

Vera Maria Favila Miorin

Professora Dra. Universidade de Santa Maria – Departamento de Geografia - UFSM, Brasil

vmiorin.sma@terra.com.br

José Adolfo Iiriam Sturza

Professor Dr. Universidade Federal de Rondonópolis no
Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental – UFR, Brasil

jasturzaroo@gmail.com

Resumo

O rural brasileiro sempre foi marcado por um histórico de desigualdades sociais, revelando séculos de favorecimento à formação de latifúndios. Esse cenário propiciou um crescente movimento de lutas pela terra em todo país. Diante desta realidade o presente trabalho tem por objetivo discutir esse processo de luta pela terra e de luta na terra através da análise do Assentamento Zumbi dos Palmares no estado de Mato Grosso. O assentamento localizado no município de Dom Aquino, região sudeste do estado, foi fixado em um local em que as condições não permitem maior desenvolvimento, dificultando a reprodução social e econômica dos lotes familiares e consequentemente a permanência das famílias no assentamento. Através de uma metodologia baseada na observação participante e na utilização de questionários e entrevistas foi possível compreender melhor como todo esse movimento se deu em suas particularidades. Características que por vezes acabam se revelando parte de um cenário nacional ao se analisar os assentamentos rurais de nosso país.

Palavras-chave: Assentamento rural; Luta pela Terra; Luta na terra.

Abstract

The Brazilian countryside has always been marked by a history of social inequalities, revealing centuries of favouring the formation of large estates. This scenario led to a growing movement of struggles for land across the country. Given this reality, the present work aims to discuss this process of struggle for land and struggle on land through the analysis of the Zumbi dos Palmares Settlement in the state of Mato Grosso. The settlement located in the municipality of Dom Aquino, in the southeastern region of the state, was fixed in a place where the conditions do not allow further development, hindering the social and economic reproduction of family plots and, consequently, the permanence of families in the settlement. Through a methodology based on participant observation and the use of questionnaires and interviews, it was possible to understand better how this whole movement took place in its particularities. Characteristics that sometimes turn out to be part of a national scenario when analyzing the rural settlements in our country.

Keywords: Rural settlement; Struggle for the land; Struggle on the land.

1. INTRODUÇÃO

O rural brasileiro sempre foi marcado por um histórico de desigualdades sociais, revelando séculos de favorecimento à formação de latifúndios, constituídos por grandes propriedades rurais, em detrimento dos minifúndios, compostos por pequenas propriedades densamente ocupadas e apresentando uma produção, por vez incapaz de permitir a reprodução das famílias rurais e garantir sua permanência no meio rural.

Porém nas últimas décadas o espaço agrário vem vivenciando intensas transformações, em particular uma que vem imprimindo modificações substanciais na realidade até então imposta de dominação pelo latifúndio, que se são a criação dos assentamentos rurais. Essa nova configuração se apresenta após a redemocratização do país e o surgimento de movimentos sociais, que começam a ganhar espaço no cenário nacional. Esses movimentos, como o Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST) por exemplo, vêm construindo diversas formas de luta pela terra e de luta na terra, contrapondo-se ao modelo dominante brasileiro, umas das diversas formas de resistência encontradas foi através da criação de acampamentos, que acaba por expressar na paisagem a luta pelo direito de acesso.

No estado de Mato Grosso, a história não ocorreu de forma diferente. O processo de ocupação, embora tardio, foi marcado por políticas favoráveis aos latifúndios, regular e irregularmente constituídos. No entanto a partir das décadas de 1960 a 1990, como tentativa de amenizar a falta de planejamento agrário do país e os constantes conflitos relacionados a terra que se intensificaram por todo o território nacional, os assentamentos rurais foram criados.

Ao serem inseridos na realidade dos assentamentos, os assentados geralmente não são detentores de capital, mas apenas de algumas economias necessárias para atender às necessidades imediatas. Portanto, o processo de empobrecimento é rápido ao se depararem com as precárias condições, como a má qualidade de terras, lotes pequenos, ausência de créditos e assistência técnica. Acrescenta-se também o distanciamento dos centros urbanos afastados das áreas rurais, necessidade de complementar a renda com trabalhos exógenos à propriedade, carência de serviços sociais essenciais, como saúde e educação, entre outros itens fundamentais para evitar desistências e para manter a permanência, do ponto de vista social e econômico, dos agricultores assentados do meio rural.

A partir desta realidade propomos analisar o processo de luta “pela” terra vivenciado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST em condições precárias em acampamentos por longos períodos na região sudeste de Mato Grosso, e todos os percursos que levaram a implementação do Assentamento Zumbi dos Palmares, e posteriormente a criação do

Assentamento o processo de luta “na” Terra, e os desafios enfrentados pelos assentados para se reproduzirem socialmente neste ambiente.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL E EM MATO GROSSO

O Brasil, desde o início de sua colonização apresenta um histórico marcado por políticas que beneficiam o crescimento da desigualdade social ao revelar séculos de favorecimento à formação de latifúndios por extensão. Estes são constituídos por grandes propriedades rurais, em detrimento dos minifúndios, compostos por pequenas propriedades densamente ocupadas e apresentando uma produção, por vezes incapaz de permitir a reprodução das famílias rurais e garantir sua permanência no meio rural.

No Estado de Mato Grosso, a história não ocorreu de forma diferente. O processo de ocupação, embora tardio, foi marcado por políticas favoráveis aos latifúndios, regular e irregularmente constituídos.

O processo de povoamento iniciado no século XVIII com o movimento bandeirante e a descoberta de minas de ouro, intensamente exploradas até o final daquele século, do processo de mineração sofreu um enfraquecimento levando mineiros, latifundiários e comerciantes a praticarem atividades diversificadas, como o criatório, o cultivo da cana de açúcar e, principalmente, o extrativismo da borracha na porção norte do estado. Considera-se que as explorações econômicas, aliadas à baixa densidade populacional, favoreceram a formação de grandes propriedades que permitiram o aparecimento de latifúndios por extensão. Deste modo, houve a concentração de renda e poder nas mãos de poucos que formaram uma elite local.

Foi apenas no governo de Getúlio Vargas (1930 e 1947) que a história do povoamento do estado do Mato Grosso assumiu rumos diferentes; o Governo Federal passou a incentivar a expansão das pequenas propriedades, dando início a um processo de colonização que ficou conhecido como a “Marcha para Oeste”, uma política de distribuição de terras para trabalhadores rurais nacionais ou estrangeiros, objetivando a ocupação de “espaços vazios” do Território brasileiro e uma maior produção agropecuária para fins econômicos e evitar crises internas.

Com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1970, muitas áreas do estado de Mato Grosso foram federalizadas, passando o INCRA a ter sob seu domínio mais de 60% das terras mato-grossenses. Este órgão tornou-se responsável pelas terras devolutas e para dar destinos às mesmas segundo as diretrizes do “Estatuto da Terra”. Considerado portal da Amazônia, o Mato Grosso passou a receber recursos de diversos programas especiais de desenvolvimento (PIN, PROTERRA, POLOCENTRO, POLOAMAZONIA e POLONOROESTE). Estes programas, segundo Moreno (2007) “serviram em primeira instância para patrocinar o acesso

à terra na região pelos grandes grupos econômicos”. Isso porque eram eles que conseguiam os recursos destes programas.

Quanto à ocorrência da reforma agrária no estado, principal instrumento do INCRA, na verdade se fez a regularização fundiária, com inúmeras expedições de títulos definitivos e licenças de ocupação. Consta que foram levantadas todas as áreas devolutas existentes na área do estado, sob o domínio do INCRA, e registradas no Cartório Regional Imobiliário em nome deste órgão, o qual representava a União Federal, para então começar o processo de distribuição de terras. Porém, apesar do surgimento das primeiras tentativas de reverter a situação de favorecimento às grandes propriedades, as políticas em favor da reforma agrária e dos pequenos produtores nunca obtiveram suporte político necessário para sua concreta efetivação.

Atendendo ao histórico de formação das propriedades mato-grossenses, de sempre favorecerem a grande propriedade, torna-se possível compreender as raízes da estrutura fundiária do estado. Contudo, neste cenário de grandes propriedades observa-se a presença e o desenvolvimento de uma agricultura familiar, sendo que grande parte desta originária de assentamentos rurais. No Brasil, como no Mato Grosso, os assentamentos rurais foram criados como alternativa para a diminuição dos conflitos de terra que se intensificaram por todo o território nacional entre as décadas de 1960 e 1990, como tentativa de amenizar a falta de planejamento agrário do Brasil.

Para Bergamasco *et al.* (1997), os assentamentos de reforma agrária são ambientes estratégicos e se constituem em um novo modelo de integração da população rural, um contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária, tendo como origem a transferência dos beneficiários e, conseqüente necessidade de readaptação a um novo espaço de vida e trabalho.

A criação dos assentamentos rurais envolveu a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos sujeitos envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra e a permanência nela. Em um assentamento a produção ocorre de maneira diferente das demais formas de propriedades, uma vez que, nos assentamentos procura-se construir uma comunidade coletiva, envolvendo as famílias assentadas.

Por outro lado, entre os indivíduos, assentados, do grupo que forma um assentamento, ocorrem diversos predicados de cooperação, tais como: confiança e solidariedade entre vizinhos; troca de ideias sobre experimentação de cultivos; aquisição de utensílios; trabalho coletivo na construção do que servirá a todos, como: encanamento de água, reservas ambientais, estradas, etc..

Os assentamentos rurais compõem experiências inovadoras na gestão dos territórios, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re) criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (FERRANTE *et al.*, 2005). Dentre os desdobramentos regionais da criação de assentamentos, destacam-se a diversificação e o

barateamento dos gêneros alimentícios, principalmente em regiões de monoculturas extensivas destinadas à indústria; o incremento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, e previdência; a dinamização das economias regionais, seja pela maior circulação de produtos agrícolas nos mercados, seja pelo aporte de recursos por intermédio dos programas de financiamento, e a diversificação da paisagem (HEREDIA *et al.*, 2002).

Desta maneira, os assentamentos rurais podem ser entendidos como um espaço-território em construção, dinâmico e conflituoso, onde os distintos projetos familiares, embasados por suas diferentes subjetividades, se cruzam, cotidianamente, entre si, e com os projetos (im) postos pelos agentes estatais ou do mercado (FARIAS, 2008).

É sabido que o uso e a ocupação das terras nos assentamento rurais estão condicionados às características ambientais e socioeconômicas de cada propriedade e da região onde se encontra. Portanto, as condições geográficas de ordem natural e social influenciam diretamente na manutenção e na reprodução social dos assentados, por isso a implantação de assentamentos rurais necessita de maior atenção e da análise de uma série de fatores, pois, apenas conceder o acesso a terra não significa que esse assentado consiga permanecer e retirar o sustento e manutenção da família no meio rural.

O Brasil, por ser um país com dimensões continentais e apresentar uma heterogeneidade em seu processo de desenvolvimento, não pode ser avaliado de forma homogênea, existem enormes diferenças regionais e até mesmo locais que impõem análises particularizadas. Diante desta não uniformidade de tratamento aos projetos de assentamento, os resultados globais para um país de extensão como o Brasil ignoram os problemas locais. Portanto, conhecendo as especificidades próprias do estado de Mato Grosso e, principalmente, do Assentamento Zumbi dos Palmares-MT, seus problemas, os resultados alcançados e o seu local para então compará-los com assentamentos de mais tempo de história em outras realidades encontradas no Estado e, em outras regiões brasileiras, tem-se um interessante laboratório de estudo e aprendizagem.

3. HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E SUAS PECULIARIDADES

A questão agrária no Brasil não é nova, assim como o problema da reivindicação por uma Reforma Agrária. Mato Grosso está entre os estados brasileiros com a maior concentração de terras, o que gerou muitos conflitos sociais de luta pela terra no estado, segundo Maitelli (2005) os primeiros conflitos de sem-terra, no estado, ocorreram no município de Lucas do Rio Verde. No início de 1990 foram registradas, no Mato Grosso, 270 áreas de tensão social, envolvendo mais de 40.000 famílias de trabalhadores rurais que lutavam por um pedaço de terra. Entre os anos de 2000

e 2013, foram registradas mais de 500 áreas de tensão social, envolvendo mais de 200.000 pessoas.

Tratar da origem do assentamento Zumbi dos Palmares significa necessariamente abordar o tema do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no estado de Mato Grosso. Isto porque o assentamento é oriundo da primeira ocupação organizada pelo MST, quando o movimento chegou ao estado, no ano de 1995, na região de Rondonópolis, realizando a ocupação da Fazenda Aliança no município de Pedra Preta e contando com mais de 1.100 famílias. (Figura 01).

A partir da ocupação, várias etapas se sucederam até a formação do Assentamento. Foram realizadas as primeiras reuniões; o despejo; os novos acampamentos; a caminhada de Rondonópolis até a Capital Cuiabá (230 km); o acampamento diante do Palácio do Governo Estadual; do INCRA; as mesas de negociações; as escolhas das áreas a serem destinadas aos assentamentos. A seguir, novas etapas surgiram: o novo acampamento sobre a terra a ser partilhada, o plantio inicial, a divisão dos lotes, a liberação de recursos para a construção das moradias e para o plantio.



Figura 01- Primeira ocupação do MST em MT-Fazenda Aliança no município de Pedra Preta em 14 de agosto de 1995. **Fonte:** RECK, 2005. **Data:** 1995.

O acampamento foi, para muitos, a esperança de voltar a ter uma vida rural, com base nos costumes e vivências a que sempre estiveram acostumados, e um pedaço de terra para retirar o sustento de forma independente.

Em Pedra Preta, os acampados permaneceram por trinta dias e saíram devido a uma ordem de despejo. Neste contexto, os diretores do acampamento conseguiram acordo com o Governo do

estado de Mato Grosso e passaram a ocupar uma área experimental da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER).

Na Fazenda Experimental da EMPAER os acampados permaneceram por 15 meses e, neste período, nem uma área foi desapropriada no estado para Reforma Agrária e assentamento das famílias.

Frente à dificuldade de negociação do INCRA no que se refere distribuição de terras no estado, em 1996 foi organizada uma marcha procurando sensibilizar a sociedade e as autoridades para a necessidade da Reforma Agrária. Esta marcha teve a participação de vários acampados. (Figura 02).

Durante a caminhada de 230 km até a capital Cuiabá, ocorreu uma tragédia: o atropelamento proposital, segundo as testemunhas, do militante Geraldo Pereira de Andrade. Neste momento a caminhada foi paralisada, e após ser encaminhado ao hospital, aonde já chegou sem vida, o corpo foi encaminhado para a cidade de Dom Aquino, onde ele residia, e sepultado.



Figura 02- Marcha do MST à Cuiabá-MT.

Fonte: RECK, 2005. Data: 1996.

Após o sepultamento, a marcha seguiu rumo a capital e no dia 31 de julho de 1996, os dois grupos se encontraram. (O grupo que estava acampado na área experimental da EMPAER chamado de Zumbi dos Palmares, e o segundo grupo vindo do município de Cáceres denominado Margarida Alves). Nessa manifestação houve a ocupação da sede do INCRA durante três meses (Figura 03).

Após a concessão das terras, as famílias seguiram para as áreas que dariam origem aos novos assentamentos.



Figura 03- Momento em que a marcha chega à sede do INCRA em Cuiabá-MT.

Fonte: RECK, 2005. Data: 1996.

As manifestações resultaram na desapropriação de cinco áreas localizadas na região sul do Mato Grosso que foram destinadas à “Reforma Agrária”. As famílias acampadas ficaram distribuídas nestas áreas, denominadas de pre-assentamentos. Porém, das mais de 1.100 famílias que participaram da ocupação na Fazenda Aliança, muitos desistiram durante o processo, restando 600 famílias a serem assentadas e dessas, 47 famílias foram designadas a uma área denominada Zumbi dos Palmares, nome dado ao grupo que marchou até a cidade de Cuiabá (Figura 04 e 05).

No relato de dona Aparecida (assentada em Zumbi dos Palmares e uma das líderes do MST no estado) é possível entender como foi este novo processo de lutas junto aos lotes: “*Quando a gente chegou aqui no Assentamento, tudo era capim, capoeirão. Tudo que a gente tem hoje vem do INCRA, mas não é o INCRA que deu não, a gente que teve que correr atrás, fazer manifestação, ocupação.*”

Dona Aparecida segue explicando as dificuldades enfrentadas: “*No começo não tinha nem estrada, a gente teve que fazer mobilização pra fazer as estradas. Fomos pra frente da prefeitura e só saímos de lá com a resposta deles. (...) a mesma coisa foi com a compra de material para fazer as casas, o INCRA, depois de muita luta deu 2000 reais e a prefeitura ajudou com os pedreiros. A gente comprou o material coletivo e foi se ajudando. (...) a energia aqui no assentamento só veio depois de 5 anos de lutas. (...) todo mundo ficou na seca muito tempo aí fizemos uma ocupação na prefeitura e conseguimos um trator para puxar a água.*”



Figura 04- Primeira colheita realizada em conjunto no Assentamento Zumbi dos Palmares-MT.
Fonte: Dona Aparecida (moradora do Assentamento Zumbi dos Palmares) 1996.



Figura 05 - Lavoura de milho coletiva no assentamento Zumbi dos Palmares-MT.
Fonte: Dona Aparecida (moradora do Assentamento Zumbi dos Palmares) 1997.

Quando indagada sobre a elevada venda de terras promovida pelos assentados dona Aparecida responde: “*‘Mão frouxa do Incra’*. (...) *As pessoas não viam muitas oportunidades aqui, e quase não tinha como produzir e aí eles vendem.*”

Em relação à pluriatividade tão crescente no Assentamento, dona Aparecida aponta algumas motivações:” (...) *antigamente, bem no início do assentamento, a atividade era a agricultura, hoje não adianta mais plantar, o povo aqui é muito refêem do leite. (...) As pessoas vão para os assentamentos e querem imitar os grandes, hoje já tem os “agronegócios” dentro*

dos assentamentos. Daí vendem o leite para comprar tudo de comer.” (...) a gente não tem assistência técnica, não tem água potável e não tem pra quem vender porque a legalização hoje está muito pesada pra produtos da agricultura familiar, depois que essas grandes empresas entraram, como a Sadia aqui, aí tudo fica mais difícil. Quem tá aqui hoje é porque ama muito isso e sabe o quanto foi difícil pra conseguir.

Procurando caracterizar as questões socioeconômicas das famílias assentadas atualmente, buscou-se apoio a partir de visitas, diálogos e aplicação de questionários junto a 13 famílias que se disponibilizaram a responde-los.

Foram realizadas visitas às propriedades com o intuito de conhecer a realidade local, facilitando, assim, a compreensão do problema em análise. As visitas compõem uma das primeiras etapas da pesquisa. Assim, foi possível avaliar a situação particular de cada família e apreender suas particularidades, tanto em relação às características socioeconômicas, quanto culturais.

As análises dos questionários aplicados junto à 13 famílias revelaram a totalidade de 34 pessoas, distribuídas, aproximadamente, com 2,5 pessoas por família, ou seja: 12% até 15 anos de idade, 73% de 15 a 59 anos de idade e 15% acima de 60 anos de idade. Quanto ao gênero 52% são homens e 48% mulheres.

Quanto à origem, os assentados são provenientes de diversas áreas. A maioria dos moradores veio do estado de Minas Gerais (24%), seguido por Mato Grosso (23%), Bahia (9%), Distrito Federal (6%), São Paulo (6%), Ceará (3%) e Espírito Santo (3%). Uma das possíveis causas dessa heterogeneidade é o reflexo da luta pela terra, o qual se caracteriza não só como um problema local como também nacional.

Essa diversidade na origem dos moradores também pode indicar um grave problema, que ocorre em vários outros assentamentos espalhados pelo país. O assentado originário de outra região, com condições completamente diferenciadas, tanto em relação a clima, solo, vegetação, tipos de culturas, demora ou muitas vezes não se adapta ao local onde foi assentado, justamente por essas diferenças, e, sem uma assistência técnica que possa auxiliá-lo, se vê obrigado a vender a terra, pois dela não consegue sobreviver.

A escolaridade é baixa, fato este também presente nos demais assentamentos da região e do país (SPAVOREK, 2005). A escolaridade revela baixo nível predominante, pois a metade de moradores possui apenas o 1º Grau Incompleto, explicado pela falta de escolas próximas ao Assentamento e de educação aplicada ao campo. A presença do 2º Grau Completo alcança 15%, seguido de Superior Incompleto (6%) e 1º Grau Completo (3%). O valor relativamente alto de 26% para os não informantes pode indicar uma dificuldade para se identificar nas classes de escolaridade e não apenas um possível analfabetismo.

A atividade desenvolvida pela pessoa antes de ser assentado tem importância primordial na análise, pois isso pode caracterizar uma possível ligação com a terra. A maioria dos assentados exercia anteriormente a profissão de lavrador (31%), seguida de agricultor (23%), comprovando a presença de um contato com o meio rural. Entre as outras profissões aparece a profissão de doméstica (23%), comércio (15%) e vaqueiro (8%).

A existência da ligação com a terra, antes do assentamento, traz certa proximidade com a realidade rural, além de possibilitar o processo de (re) criação do modo de vida familiar voltado à agricultura, avivando a cultura e os saberes locais. Destaca-se, também, a relação do tempo de moradia por assentado, em períodos quinquenais, apontando que 15% dos entrevistados vivem no assentamento a pelo menos 5 anos; 23% entre 5 e 10 anos; 39% de 10 a 15 anos e 23% acima de 15 anos.

É possível notar que a manutenção dos assentamentos rurais se torna mais sólida quando seus componentes já apresentam um histórico de vivência no meio rural. Isto é comprovado ao se observar que 62% dos moradores já vivem a mais de dez anos no assentamento, que coincide com o percentual igual a 62% de pessoas que já desenvolviam atividades relacionadas ao campo.

Quanto à posse do lote, 62% responderam ser o primeiro proprietário, enquanto os 38% restantes são o segundo e terceiro proprietário. A realidade de vendas dos lotes no Assentamento Zumbi dos Palmares, via dados da pesquisa, aponta como causas principais três situações: as dificuldades naturais (condições dos solos e qualidade e escassez de água, principalmente), a ausência de cultura e experiência agrícola e, também, a ocorrência de problemas de saúde.

O sistema produtivo do Assentamento é diversificado, porém as atividades predominantes do criatório são: pecuária leiteira e criação de aves, sendo ambas mais acessíveis e de rápido retorno financeiro para os produtores, não exigindo elevada ocupação de mão de obra e garantindo uma renda rápida em relação às atividades como a criação de peixes e suínos que ainda estão se expandindo na região.

Em razão da criação do gado leiteiro e gado de corte, o cultivo da pastagem é praticado na região, podendo indicar o desmatamento anterior. Esta atividade é prejudicada pela escassez de água, ocasionando, assim pressão ambiental junto às áreas de nascentes. A seguir aparecem as áreas de pomares, cujo cultivo é realizado principalmente para a subsistência da família, apresentando-se diversificado quanto às culturas frutíferas, como Manga, Caju, Figo, Coqueiros, Amora, Limão, Pequi, Jaca, Seriguela, entre outras.

A olericultura pode ser considerada uma cultura comum do assentado, mas tem menor expressão, pois ocorre apenas para a subsistência. A insuficiência da água é apontada como o principal entrave para estas atividades. As poucas propriedades que cultivam as hortaliças também indicaram a falta de transporte para a comercialização dos produtos na cidade.

Em relação à renda dos assentados, referente às atividades agrícolas, tem-se mais de 90% dos entrevistados dizem obter até um salário mínimo mensal. Em relação às atividades não agrícolas, 85% dos entrevistados afirmam que desenvolvem algum tipo de atividade para complementar a renda. A renda mensal dessas atividades não agrícolas supera a das atividades agrícolas, alcançando o rendimento mensal de até três salários mínimos.

Diante da realidade apresentada, a busca por alternativas capazes de garantir a permanência na terra torna-se essencial e é possível reconhecer que a pluriatividade em muitos casos a multifuncionalidade tem sido a alternativa encontrada pelos agricultores.

A pluriatividade e a multifuncionalidade são fenômenos antigos no mundo rural. Na obra de Max Sorre, publicada no Brasil em 1952, o autor escreveu que no passado, nas pequenas indústrias domésticas dispersas pelos campos, os produtores, camponeses de Max Sorre, eram operários e agricultores conforme as horas e as estações. O trabalho não agrícola, ou o beneficiamento de um produto já era realizado pelo camponês há séculos, porém, este trabalho e o beneficiamento foram se aperfeiçoando com o passar do tempo e se adequando às realidades socioeconômicas.

Atualmente, falar em pluriatividade e multifuncionalidade nos principais países agrícolas do mundo é compreender a existência de um novo estágio agregado às atividades da agricultura. Estas só aparecem quando se faz necessário uma adequação ao momento do desenvolvimento econômico e de transações de mercadorias para consumo e troca. Isto é, atender às exigências do modelo capitalista em expansão horizontal e vertical. O produto que de antemão era vendido “*in natura*” em feiras locais ou de porta em porta, pelo pequeno agricultor, passa a ganhar mais valor agregado, como por exemplo, a mandioca antes vendida ainda com a casca, hoje recebe um processo de limpeza (descascada), é embalada e ensacada, de preferência pronta para ser usada, facilitando a vida de quem não pode “perder tempo” preparando o alimento.

Em países cujo meio rural as atividades agrícolas e pecuaristas se encontram em estágios mais desenvolvidos por terem mais tempo em sua história de evolução, as atividades como pluriatividade e multifuncionalidade se apresentam como sendo o estágio mais avançado. No caso brasileiro, isto pode ser observado em algumas regiões, como por exemplo, Sul e Sudeste. Com referência ao Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Dom Aquino, estado de Mato Grosso, região Centro Oeste do Brasil, a presença destes estágios mais parece um fenômeno que pode ser analisado como um salto na forma de se fazer a agricultura, pois as condições encontradas no referido assentamento não possibilitam a prática de uma agricultura tradicional. Portanto, a presença destes estágios avançados pode ser entendida como uma alternativa encontrada para a sobrevivência no campo, ou melhor, interpretando, como uma alternativa no processo de luta para se manter “na” terra, encontrada pelos assentados.

Entende-se que a partir do aprofundamento sobre as temáticas pluriatividade e multifuncionalidade se torne possível compreender as razões que levam os Assentados de Zumbi dos Palmares em seus respectivos lotes a assumirem comportamento diverso no que se refere à prioridade das políticas de produção da agricultura familiar nos assentamentos do Brasil e a orientação da produção voltada ao consumo imediato nos mercados local e regional de transações econômicas.

Contudo, pode-se adiantar que esta desconformidade deverá revelar ocorrência de um salto das/nas atividades, as quais, de acordo com a lógica histórica da evolução das atividades agrícolas, deveriam ser alcançadas ao longo do processo de seu desenvolvimento na condição de Assentado agricultor familiar.

4. CONSIDERAÇÕES

Após essa breve análise da criação dos assentamentos rurais no Brasil, mas especificamente em Mato Grosso, fica evidente a falta de planejamento ao longo dos anos que compromete toda a estrutura agrária e agrícola do país. Um Estado nacional de dimensões continentais que apresenta uma heterogeneidade em seu processo de desenvolvimento, não pode ser avaliado de forma homogênea, existem enormes diferenças regionais e até mesmo locais que impõem análises particularizadas. Diante desta não uniformidade de tratamento aos projetos de assentamento, os resultados globais para um país de extensão como o Brasil ignoram os problemas locais.

No caso particular da região sudeste de Mato grosso com a chegada dos movimentos sociais o processo de luta pela terra, ocorreu pouco a pouco a diminuição dos conflitos sociais no campo, ou seja, realizou-se uma “espécie” de reforma agrária, nas propostas governamentais que eram as de diminuir os conflitos sociais no campo. E, assim ocorreu, os assentamentos tinham um papel de diminuir os conflitos sociais e não de promover o desenvolvimento socioeconômico digno das famílias e das áreas onde estavam situadas, pois se tratava de um período inicial dos órgãos governamentais ligados a questão da terra.

Portanto, neste trabalho que contemplou um dos assentamentos mais antigos do estado de Mato Grosso se pode verificar as deficiências contidas nas políticas de então. Elas não contemplavam as estruturas básicas como, assistência governamental realizada pelos órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, cuidados com a infraestrutura de deslocamento para melhorar o acesso de pessoas e mercadorias, bem como entre os assentamentos até aos mercados e das pessoas às cidades em busca de serviços de saúde, educação e suprimentos, para as famílias.

Até os dias atuais tais possibilidades de deslocamento ainda carecem de atendimento, inclusive a circulação das mercadorias em direção aos mercados de consumo, devido à precariedade das estradas e até mesmo inexistência delas. Os assentamentos e os mercados de consumo, no que se refere às condições das estradas, aguardam ações que deveriam ter sido efetuadas há muitas décadas. As distâncias entre as cidades que estariam mais próximas dos assentamentos não são capitais estaduais nem regionais, ou seja, não dispõem de um mercado consumidor convidativo aos assentados enfrentarem as dificuldades do trajeto, bem como não se constituem em um mercado capaz de absorver a produção proveniente dos assentamentos.

Por sua vez, os órgãos governamentais da época não observavam a importância do meio ambiente, como o abastecimento de água para o consumo das famílias, criação e lavoura, considerando que esta Região situa-se entre o Trópico de Capricórnio e a Linha do Equador, portanto uma região quente e seca por ter clima tropical continental, situada no centro do país. A água desempenha importante papel no atendimento da produção e à vida dos que vivem no campo. Pode-se dizer que os primeiros assentamentos apenas buscavam diminuir os conflitos sociais pela terra, muito diferente das propostas das políticas governamentais de hoje. Deve-se considerar ainda o tempo para a criação de um assentamento no que se refere ao aval dado pelo Governo Federal, era necessário uma luta que poderia durar décadas até chegar aos propósitos desejados, em que a luta, a perseverança e o destemor impulsionavam as pessoas a atingirem o seu propósito de ideal de conquista da terra, de vida e trabalho, além de suor e lágrimas.

REFERENCIAS

- BERGAMARCO, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. 1. ed. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997. 52p.
- FARIAS, M. F. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.) **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.151-172.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA. 2005. p. 37-71.
- HEREIDA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-112, 2002.
- OLIVEIRA, I. L. STURZA, J. A. I. Assentamentos rurais: um estudo da multifuncionalidade no assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino-MT. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 6., 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, I. L. **A multifuncionalidade da agricultura familiar:** um estudo no Assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino – MT. 2014. Monografia (Trabalho de Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, I. L. **A luta “na” terra:** a pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi Dos Palmares-MT. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SPAROVEK, G. **Análise territorial da produção nos assentamentos.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 71p.